

“O Lixo Vai Falar”¹: O Lugar da Intelectualidade da Mulher Negra-Africana

Maria da Luz Fonseca de Carvalho²

Quero que elas saibam que não estão sozinhas, que os problemas que surgem e os obstáculos criados pelo racismo e pelo machismo são reais- realmente machucam-, mas não são insuperáveis. Talvez estas palavras tragam consolo, aumentam a coragem delas e renovem seu espírito.

bell hooks

Resumo: Este artigo visa estabelecer um diálogo entre as minhas experiências do cotidiano e da academia enquanto mulher, africana, negra e bissexual. Tendo como base estas intersecções, inspiro-me no lugar da intelectualidade da mulher negra, na senda da minha história política em ambientes como a academia e escola pública a partir de estranhamentos causados pelo meu corpo em espaços de origem. O objetivo deste trabalho, soma as diversas produções de mulheres negras e africanas, que perspectivam construir um mundo menos desigual. Entretanto, parte também de uma necessidade e inquietação pessoal, no que diz respeito à compreensão de si mesmo. Nisso, a metodologia deste trabalho segue envolto a uma análise bibliográfica, somada a perspectiva de escritora de Conceição Evaristo (2019), possibilitando construir diálogos entre as autoras e os agentes que embarcam no meu percurso enquanto estudante universitária, assegurando uma análise detalhada e crítica das condições sociais

¹ O termo “O Lixo Vai Falar” utilizado no título, foi criado por Lélia Gonzales, mulher, negra, intelectual e antropóloga para pensar sobre a relação entre o racismo e o sexismo na cultura brasileira, que deve ser entendido como um empecilho na construção da intelectualidade das mulheres negras.

² Bacharela em Humanidades. Licenciatura em Pedagogia. Mestranda em Estudos Interdisciplinares em Humanidades. Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. Email: carvalhodacruz@hotmail.com

pré-estabelecidas para as ditas minorias, particularmente, quando se trata do recorte de gênero, raça e sexualidade. Assim, comumente estarei citando intelectuais como: Ângela Figueiredo (2020), Patricia Hill Collins (2019), bell hooks (2019), Jacimara Santana (2009), Alda do Espírito Santos (2007), dentre outras para enfim garantir que os acordos metodológicos estabelecidos pela cultura eurocêntrica sejam cumpridos, mas também para reafirmar as práticas coletiva emancipatória em que as mulheres negras vem construindo a partir de sua escrita-vivência.

Palavras-chaves: Mulher preta, Intelectualidade, Feminismos.

“La Basura Hablará”: El Lugar de la Intelectualidad de la Mujer Negra-Africana

Resumen: Este artículo pretende establecer un diálogo entre mis experiencias cotidianas y académicas como mujer, africana, negra y bisexual. A partir de estas intersecciones, me inspiro en el lugar de la intelectualidad de las mujeres negras, en el camino de mi historia política en ambientes como la academia y las escuelas públicas a partir de los alejamientos provocados por mi cuerpo en los espacios de origen. El objetivo de este trabajo es reunir las diversas producciones de mujeres negras y africanas, que apuntan a construir un mundo menos desigual. Sin embargo, también parte de una necesidad e inquietud personal, en cuanto a comprenderse a uno mismo. En este sentido, la metodología de este trabajo sigue involucrando un análisis bibliográfico, sumado a la perspectiva de la escritura de Conceição Evaristo (2019), posibilitando construir diálogos entre los autores y los agentes que emprenden mi camino como estudiante universitario. asegurando un análisis detallado y crítico de las condiciones sociales preestablecidas para las llamadas minorías, particularmente en lo que respecta al género, la raza y la sexualidad. Así, comúnmente estaré citando a intelectuales como: Angela Figueiredo (2020), Patricia Hill Collins (2019), bell hooks (2019), Jacimara Santana (2009), Alda do Espírito Santos (2007), entre otros para, en última instancia, asegurar que se cumplan acuerdos metodológicos establecidos por la cultura eurocéntrica, pero también para reafirmar las prácticas emancipadoras colectivas que las mujeres negras han ido construyendo a partir de su experiencia-escritura.

Palabras clave: Mujer negra, Intelectualidad, Feminismos.

Para as mulheres que abriram os caminhos, dedico!

Desde muito pequena a minha trajetória foi marcada por mulheres que detinham alguma percepção sobre como as mulheres estavam sobrevivendo a um mundo que não foi pensado para elas. Consequentemente, elas sujeitaram a ideia de não decidir sobre o seu próprio futuro. Quando mais nova, percebi o entusiasmo da minha mãe em não medir esforços para que frequentássemos a escola, igualmente, percebi sua alegria quando entro para um curso superior e também para o mestrado. Ana, como ela nos ensinou a chamá-la, sempre percebeu a educação como o único caminho para a nossa emancipação, embora não tivesse tido a mesma oportunidade, se responsabilizou de construir novas rotas para a construção de uma narrativa diferente da sua, aliás, marcada por violações de direitos.

Tratando-se de percursos, recordo dos tempos em que avó Chica nos presenteava com livros que encontrava no percurso de volta para a casa depois de resolver alguma demanda na rua. Avó Chica faz parte desse grupo de mulheres que nem sequer foi dado o direito de questionar sobre a sua existência ou participação em tomada de decisões. No entanto, ela era a mulher que fazia a manutenção do lar para que seu esposo tivesse sucesso profissionalmente. Ela sempre fez questão de nos lembrar: “homem não é futuro!”. Mediante a catástrofe instaurada pelo pacto da masculinidade, essa frase me soa de maneira muito pertinente. A construção da masculinidade africana e os interesses dos homens negros africanos, sempre estão acima dos nossos, eles decidiram dessa forma e também escolheram, sendo assim, nós mulheres deveríamos vigiar nossas ações caso surgisse algum interesse em construir uma contra narrativa.

Gostaria de deixar registrado a minha admiração e o reconhecimento da sabedoria dessas duas mulheres que me fortaleceram desde o início, com suas dores e tormenta, na esperança e expectativa de um lugar seguro para suas filhas e netas. Salve vó, Salve mãe.

Introdução

A escolha da temática deste artigo, se desdobra a partir das minhas narrativas enquanto mulher, negra, africana e bissexual. Enquanto intelectual negra, a trajetória no ambiente acadêmico me concebeu uma percepção de mim que ainda desconhecia. Partindo desse ponto, me percebo antes de tudo como um corpo político em um contexto atravessado por marcadores desiguais que forcem, de certo modo, as inquietações sobre os papéis sociais já estabelecidos para figuras como a minha. Nessa perspectiva, Conceição Evaristo (2020) aponta que a escrevivência quer justamente provocar essa fala, provocar essa escrita e provocar essa denúncia. “Brincamos com as palavras para dar um soco no estômago ou no rosto de quem não gostaria de ver determinadas temáticas ou de ver determinadas realidades transformadas em ficções” (CONCEIÇÃO EVARISTO, 2020, p. 13).

O lugar da intelectualidade que pressupõe homens brancos-heteronormativos, sempre foi entendido por mim como uma realidade distante, partin-

do da perspectiva de que a autoestima da mulher negra passa e passou por um processo de ceifamento. Dessa forma, não se trata apenas da relação interna que estabeleci comigo mesmo, mas, dos caminhos percorridos e das realidades com as quais tive contato em decorrência dos processos históricos. Quando se é mulher e africana, nossos ouvidos pelos corredores da universidade sabem escutar sobre o discurso da nossa submissão e sobre toda a conduta do nosso corpo. No entanto, não podemos negar que essas declarações demarcam todo um repertório da construção social da colonialidade do machismo que particularmente a África portuguesa tem vivido há séculos.

Pretendo no decorrer desta reflexão, ter como foco de análise e condução, a intelectual negra Ângela Figueiredo (2020), Patricia Hill Collins (2019), bell hooks³ (2019), Jacimara Santana (2009), entre outras intelectuais que me possibilitaram estabelecer um diálogo sobre as epistemologias feministas negras e seus caminhos para construir novas metodologias para enfrentamento das diversas formas de ataque a produção de conhecimento, em particular das mulheres negras, por meio dos movimentos sociais e de suas experiências como caminho indissociáveis para efetivação de nossas reivindicações no campo científico. A escolha dessas intelectuais me parece adequada na medida em que integra caminhos para se pensar como o movimento de mulheres negras pode ser caracterizado como uma metodologia da interdisciplinaridade.

Desenvolvimento

Quando falamos sobre a produção de conhecimento, no lugar de mulher negra, automaticamente nos vemos não pertencentes, o famigerado - não lugar- onde habita fronteiras para pensar a quem pertence a intelectualidade, a quem sempre pertenceu? A percepção de que o lugar da mulher negra/africana não é na ciência, vem se perpetuando desde o período da escravização até a atualidade, mediante os papéis sociais que foram construídos sob a figura destas mulheres. Desse modo, reflito sobre a epistemologia insubmissa feminista negra, aquela que propõe uma reconciliação com o senso comum, nos termos colocados por Boaventura, “visto que propõe uma ruptura com o senso comum que naturaliza as desigualdades, ao mesmo tempo em que recupera parte dos discursos produzidos pelos movimentos sociais” (FIGUEIREDO, 2020, p.17).

³ A escolha da autora em usar o nome em minúsculas é uma renúncia ao ego possibilitando maior atenção à sua obra.

De acordo com Gomes (2020), as mulheres feministas pós-coloniais, por meio da experiência individual e coletiva, procuram romper com o modelo convencional de ciência moderna, como forma de apresentar outras alternativas de se fazer ciência, questionando a realidade, já que a dependência na atividade da pesquisa é efetiva. Essa percepção abrange uma concepção mais ampla do conhecimento que chama atenção para o que Santos (2009) coloca em relação a ecologia dos saberes como um conjunto de epistemologias que partem da possibilidade da diversidade e da globalização contra-hegemônica.

Deste ponto de vista, sabemos dos desafios de ser mulher negra na construção de conhecimento. Fazer ciência dentro dos parâmetros colocados pelo conhecimento hegemônico, tem se constituído como sobrevivência. Segundo Mignolo (2008), a identidade em política é crucial para a opção descolonial, uma vez que, sem a construção de teorias políticas e a organização de ações políticas fundamentadas em identidades que foram alocadas, não é possível a sua concretização. Quando entendemos “a importância de falar sobre nós e por meio deste desenvolver metodologias que possibilitem uma compreensão da realidade, a experiência se caracteriza como um conceito fundamental para a nossa perspectiva epistemológica” (ÂNGELA FIGUEIREDO, 2020, p. 19).

A nossa realidade desafia qualquer perspectiva de ciência conservadora e neutra. Como pensar na existência de um conhecimento que não esteja voltado para a compreensão de dinâmicas sociais que perpetuam as desigualdades e asseguram privilégios para uma minoria? Como aceitar e, de certo modo, reproduzir conceitos e teorias que em nada nos ajudam em termos de construir uma ciência comprometida com a transformação social. Então, foi exatamente a partir desses desafios, resultantes de uma realidade que se impõe e desafia a estagnação dos conceitos e teorias que essa geração de feministas negras têm reagido, criado um constante diálogo dentro e fora da academia. Falar com tem substituído o falar sobre (ÂNGELA FIGUEIREDO, 2021, p. 17).

No espaço acadêmico conseguimos distinguir os olhares sobre a credibilidade dos nossos trabalhos como acadêmicas. Falo isso a partir da experiência de ter participado de programas em que a intelectualidade me foi negada. Presenciei minhas professoras negras sendo vítimas de questionamentos por alunos, homens brancos e não só. Fora do muro da universidade, em ambientes como escola pública, somos invisíveis como estagiárias. Certamente, existe uma representação que insiste em nos colocar como pouco habilidosas para exercer

atividades acadêmicas, “independentemente dos numerosos casos de sucesso de estudantes e pesquisadores negros e negras” (ÂNGELA FIGUEIREDO, 2020, p.11).

Nesse sentido, entendemos que o conhecimento é poder. De acordo com Nilma Lino Gomes (2020), o desafio para os intelectuais negros está na abertura do olhar da ciência e de grupos que ocupam espaços de poder e decisão no campo da pesquisa científica para que enxerguem a realidade social para além da relação econômica. “É necessário compreendam o peso da cultura, das dimensões simbólicas, da discriminação, do preconceito, da desigualdade racial, de gênero e de orientação sexual na vida dos sujeitos sociais” (NILMA LINO GOMES, 2020, p.410).

Ainda para Gomes:

Tal desafio está, também, no entendimento de que não há como hierarquizar desigualdades. Ou seja, toda e qualquer forma de desigualdade precisa ser superada. Esse grupo de intelectuais desafia a ciência a entender as imbricações das dimensões socio-econômicas, culturais e políticas e não de hierarquizá-las (NILMA LINO GOMES, 2020, p.410).

Desse modo, pensar uma epistemologia que englobe o debate das relações sociais que se caracterizam como problemáticas, chamar para roda, toda e qualquer forma de exclusão, que possibilita reverter padrões de construção de conhecimento. Essa relação baseada na opressão também tem atravessado as professoras negras da nossa universidade e do ambiente acadêmico como um todo. Sempre nos perguntamos sobre ações dos movimentos sociais, quantas professoras negras temos, se conhecemos os trabalhos dessas mulheres, se suas obras têm sido utilizadas em sala de aula. Como afirma hooks (2019), as pessoas não quiseram reconhecer na sua pós-graduação, que elas nunca tiveram aulas com professoras negras, já que afirmavam que as mulheres negras estavam tomando emprego de outros indivíduos, assim como vemos denúncias de nossos colegas brasileiros e brasileiras, afirmando que os africanos estão tomando suas vagas na universidade (o caso de Unilab). Ela vai mais a fundo e retruca afirmando que as políticas de ações afirmativas da época, não garantia a diversidade docente, entendendo que as combinações do racismo e do machismo contribuí para que as experiências das mulheres negras sejam diferentes das dos homens negros.

Nas palavras de hooks:

Enquanto ele pode estar sujeito a vieses racistas, sua masculinidade pode servir para mediar o quanto será atacado, dominado. Frequentemente se supõe que homens negros são mais capazes de ter sucesso na pós-graduação em Inglês do que mulheres negras. Enquanto muitos pesquisadores brancos podem ter consciência da tradução intelectual masculina negra, eles raramente sabem sobre mulheres negras intelectuais (hooks, 2019, pg.134).

Todavia, “ninguém queria enxergar que o racismo e o machismo talvez militem contra o emprego de mulheres negras, mesmo que sejamos vistas como um grupo a qual será dada prioridade” (hooks, 2019, p. 136). O que podemos perceber, é uma preferência pelos trabalhos das mulheres negras, ainda que pouca, e não a sua presença efetivamente.

Este trabalho demonstra pertinência pelo seu viés questionador, trazendo os debates relacionados à produção de um conhecimento contra hegemônico, que nos apresenta as condições reais do lugar da intelectualidade da mulher negra. Ângela Figueiredo mostra caminhos que começaram recentemente a ser traçados a partir da referência das intelectuais negras norte americanas, o conceito de inteseccionalidade por exemplo, e como o movimento feminista negro tem desencadeado a discussão que atravessa, raça, classe, gênero e sexualidade. Trata-se de uma produção do conhecimento e de uma postura acadêmica que procura reivindicar e intervir. Uma produção que pode constituir “novos sujeitos, subjetividades e sociabilidades e superar o epistemicídio ou o assassinio do conhecimento próprio da cultura subordinada e, portanto, dos grupos sociais seus titulares” (GOMES, 2020 apud SANTOS, 1996)

Assim, é necessário ampliar a perspectiva de que o feminismo negro produz conhecimento apenas para emancipação das mulheres negras, mas, que coloca as cartas na mesa para pensar também o capitalismo e os meios de produção, a questão da colonialidade de gênero, ou seja, o feminismo negro tem discutido os problemas sociais que engloba não apenas as mulheres, mas a sociedade como um todo. Nomeadamente, o feminismo não nos ajudou apenas a reconhecer uma série de conexões entre discursos, instituições, identidades e ideologias que tendemos a examinar separadamente. “Ele também nos ajudou a desenvolver estratégias epistemológicas e de organização que nos levam além

das categorias “mulher” e “gênero” (FIGUEIREDO, 2020 apud DAVIS, 2018, p. 99).

Para Gomes (2020), o intelectual negro/a reconhece que, nesse contexto, ser negro ou negra e produzir conhecimento sobre a temática racial ou que contribua diretamente para a reflexão, discussão e problematização de questões concernentes à população negra, não se trata apenas do envolvimento e o reconhecimento do seu/meu lugar como intelectual, portanto, eu, Maria da Luz Fonseca escrevo para sobreviver, denunciar, anunciar, me curar e não sucumbir. Entende-se também, que ao produzir conhecimento, o grupo de intelectuais negros/as extrapolam as relações étnico racial, aontando a perspectiva interdisciplinar como forma de alcançar uma compreensão mais vasta das relações sociais e dos sujeitos sociais.

Meu corpo de negra não sabe ser intelectual?

Não posso deixar de categorizar os lugares sociais destinados a mulheres negras acima citados, que constitui como empecilho na validação do lugar na ciência. Não se pode negar que a colonização se configurou como um dos maiores problemas para as mulheres negras, quando olhamos para trás e analisamos os processos históricos de invisibilização de nossos corpos na própria luta contra a colonialidade.

Partindo daí, a mulher negra tem sido entendida como a que cuida de todos, menos de si. É isolada e entendida como apenas um corpo incapaz de pensar e formar raciocínio lógico. Somos as que efetivamente estão distantes de receber qualquer demonstração de afeto e cuidado. Definitivamente estamos e fomos direcionados para a margem, e são as relações sociais que nos apresentam de maneira escancarada essa realidade.

Do ponto de vista de Lélia Gonzalez (1984), a perspectiva colonial nos constitui a partir de três pilares: a mãe-preta, a mulata e a trabalhadora doméstica. Tudo isso contribui para o estabelecimento de regras cotidianas pautadas no desrespeito e na exploração dos corpos, do tempo e da negação do direito à vida “privada” das trabalhadoras domésticas (Figueiredo, 2020). Para fazer um paralelo partindo de eventos históricos de opressão que atravessam a sociedade brasileira até hoje, trago a poeta são-tomense, Alda do Espírito Santo, em

seu poema- *Lá no Água Grande*, onde descreve o percurso do cotidiano das mulheres santomenses, principalmente as de comunidades rurais. No entanto, a escolha dessa perspectiva romântica, me levou a fazer uma pequena análise sobre possíveis condicionantes sociais.

Sendo mulher santomense, fica evidente as diversas contribuições no que diz respeito à manutenção da família e da economia. Desse modo, podemos apontar a participação massiva das mulheres como palaiês, que são vendedoras de peixe e de hortaliças, agricultoras, doceiras que fazem o bobo fito -um doce feito à base de banana e óleo de coco produzido por elas mesmas, as candongueiras- mulheres que vendem roupas, as lavadeiras, domésticas, entre outras. No entanto, o machismo enraizado na nossa sociedade localiza a mulher santomense nas profissões consideradas periféricas, o que conseqüentemente leva a desvalorização desse contributo, considerando que grande parte dessas mulheres não tiveram oportunidade de alcançar lugares de poder, onde possam acessar seus direitos e assim reivindicar. De outro modo, podemos nos perguntar se esse lugar não constitui o poder simbólico de acordo com o contexto das mulheres santomenses? E se o alcance ao poder for esse?

Quando pensamos a mãe-preta, a mulata e a trabalhadora doméstica para entender melhor o contexto brasileiro que oprime mulheres negras, em São Tomé e Príncipe, as mulheres que não conseguiram ascender socialmente, são em sua maioria domésticas, as que cuidam da casa e da família enquanto seu parceiro trabalha fora. A produção doméstica é um suporte para o funcionamento do sistema capitalista, desse modo, ao contrário de considerar a teoria marxista como um método impróprio para a análise de gênero, ela deve ser utilizada para analisar o processo de exclusão e subordinação da mulher pelo homem e pelo Estado do sistema capitalista (Santana, 2009). No entanto, as mulheres que ascenderam também têm que lidar com a dupla jornada. Não se deve ignorar que o machismo constrói todos os dias mecanismos de controle para realização da manutenção das opressões contra a mulher.

Nas palavras de Santana:

A saída massiva da mulher para o mercado não implicou em negociação das tarefas domésticas com o seu cônjuge, mas em um considerável aumento de suas tarefas. Além do trabalho doméstico não ser reco-

nhecido financeiramente, o salário recebido pelo trabalho realizado na empresa era inferior ao recebido pelos homens. Contudo, proporcionou uma rediscussão das relações de gênero e do lugar da mulher na sociedade, assim como incitou mudanças concretas na forma de o grupo feminino pensar sobre si e ser reconhecido na sociedade, entre outros aspectos. Outra questão a ser considerada é que valores de raízes culturais estão envolvidos na geração das desigualdades entre homens e mulheres que ultrapassam esta engrenagem econômica, ou seja, não basta ter independência econômica para que as mulheres sejam tratadas como iguais na sociedade (SANTANA, 2009, pg.14).

Retomando o poema *Lá no Água Grande*, peço licença a Alda do Espírito Santo, mulher, intelectual santomense que lutou através de sua escrita contra a colonização portuguesa, do qual tenho grande admiração.

Lá no água grande

Lá no “Água Grande” a caminho da roça
negritas batem que batem co’a roupa na pedra.
Batem e cantam modinhas da terra.

Cantam e riem em riso de mofa
histórias contadas, arrastadas pelo vento
Riem alto de rijo, com a roupa na pedra
e põem de branco a roupa lavada.

As crianças brincam e a água canta.
Brincam na água felizes...
Velam no capim um negrito pequenino.

E os gemidos cantados das negritas lá do rio
ficam mudos lá na hora do regresso...
Jazem quedos no regresso para a roça.

Na primeira estrofe do poema, Alda do Espírito Santos (2007) evidencia a prática de lavagem de roupas que geralmente acontecem nos rios pela grande maioria das famílias que não possuem água canalizada em suas residências. Atividades como lavagem de roupas, pratos e banho, também podem ser feitas nos rios. Essa prática é realizada por mulheres que vão acompanhadas de seus filhos, muitas vezes ainda pequenos. As lavadeiras, como denominei, precisam em muitos casos lidar com a lavagem de roupa e o cuidado com as crianças para que não ocorra qualquer incidente. É necessária uma atenção redobrada para que a criança não seja levada pela correnteza enquanto banha.

Nesse processo, como é apontado no poema, na segunda estrofe, acontece o que chamamos de história oral, onde as mulheres conversam entre si sobre assuntos do cotidiano, podendo assim, surgir gargalhadas e cantigas durante a lavagem. Após as atividades no rio, é necessário que a mulher volte para sua residência para que possam realizar outras atividades domésticas como: cozinhar, limpar a casa e etc.

A leitura do poema, possibilita analisar o caráter estrutural do machismo na sociedade são-tomense. Posto isso, existe uma certa dificuldade em avistar homens que desempenham atividades domésticas e que desenvolvam esta prática. Podemos afirmar também que, uma parte dessas mulheres são mães solo, que em muitos casos precisam se desdobrar para conseguir dar conta da criação dos filhos.

Há “muita mulher que é mãe, que é pai, que é tudo”. Os censos de 2012 apontavam para 41,2% chefes de família do sexo feminino, mais 9% do que em 2001. Isso terá que ver com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, com o aumento da escolaridade, a emancipação, mas também com a tendência crescente de não-assunção de responsabilidades parentais (PEREIRA et al, 2018).

Pensar os lugares sociais que, particularmente, mulheres negras se encontram, é de extrema relevância para catalogar debates e informações acerca do assunto, para que possa provocar ansiedade e desconforto. Em 2020, retornei para Ilha do Príncipe em decorrência da pandemia da Covid-19. Naquele período, ainda estava cursando Licenciatura em Pedagogia. Dessa forma, solicitei na secretaria de Assuntos Sociais, um estágio onde pudesse absorver experiência daquele contexto, e adentrar ao mercado de trabalho. Tirando todas as conturbações para que eu conseguisse aquele estágio, comecei a lecionar para o ensino secundário, que no Brasil se denomina como ensino médio. Eram três turmas, duas tinham em torno de 80 alunos, e uma um total de 20. Era a minha primeira experiência como professora titular, eu pensei, *-é meu momento de brilhar, eu queria brilhar-*, mas não me foi possível. Ser professora, ser mulher e bixesual para o contexto da Ilha do Príncipe é um desafio e tanto. Me recordo que na primeira aula com a turma de vinte alunos, uma aluna me questionou sobre a minha sexualidade, que até então não sabia que era de domínio público. Entendo a curiosidade para um contexto como aquele, as pessoas querem saber, querem referência, e querem principalmente te julgar por não corresponder

aos padrões (ditos sócio- histórico), e conseqüentemente te levar a exclusão, como ocorreu.

No ambiente escolar, a minha formação acadêmica pouco interessava aos meus colegas de trabalho, tão pouco aos alunos. A minha fama de mulher lésbica e incompetente já havia se espalhado pela Ilha inteira. Os meus alunos, homens cis, poucos me dedicaram algum respeito, eles não lidavam muito bem com o fato de uma mulher, lesbica, como eles diziam, ser sua professora, afinal, o que uma aberração tem para ensinar?

Eu fui me desafiando enquanto um corpo diferente daquele ambiente, uma presença invisível para ocupar o lugar da intelectualidade, onde diversas vezes pensei em desistir. Ironicamente, também me senti assim durante as duas graduações e o começo da minha pós-graduação.

Como professora na Ilha do Príncipe, o desrespeito era absurdo, que em uma das aulas eu me vi na obrigação de abandonar a turma. E lá fui eu, chorando no caminho para casa, frustrada, imaginando que ia precisar voltar na semana seguinte. Me questionava da minha capacidade enquanto professora e queria uma resposta se deveria continuar. Naquele momento, eu não conseguia superar minhas emoções, então eu sempre lembrava da máxima: o pessoal é político, e de alguma forma fui levando essa experiência, muitas vezes de maneira impositiva como forma de garantir alguma sanidade.

Em alguns momentos, me ocorreu me apoiar em grupos de acolhimento que discutem as dificuldades de ser mulher e professora. No entanto, não é tão simples. Os debates sobre as questões de gênero em São Tomé e Príncipe caminham de forma lenta, embora se tenha conseguido vários avanços que até hoje não se executaram efetivamente.

Para além da minha sexualidade, que era de máximo interesse de todos, eu fui percebendo que a questão de gênero e da idade acabavam influenciando na forma como os alunos homens me enxergavam. Eles não queriam uma professora tão jovem e desinibida. Homens esperam que mulheres sejam reservadas, e quando não nos comportamos como esperado, o caos se instaura.

A ilha do Príncipe é conhecida pela sua pequenez. Era comum encontrar meus alunos em bares, discotecas, em praias e afins. Quando saía para tomar cerveja sozinha ou acompanhada, e tinha dinheiro para o fazer, isso gerava es-

tranhamento. Um belo dia, eu chamei um amigo para sair, fomos para um bar perto de casa e pedimos vinho e pizza. Assim, dois conhecidos foram chegando e ficaram conosco. Por um instante acabou o vinho, eu desci para balcão e pedi que levassem uma outra garrafa. Foi nesse momento que o balconista me perguntou: Quem vai pagar a conta? Curiosamente eu era a única mulher naquela mesa e para sua felicidade ou infelicidade era eu quem pagaria aquela conta. Em um outro episódio na escola, o diretor fez um telefonema para a minha irmã, que também era professora, pedindo que eu fosse para sua sala. O que aconteceu foi que, houve uma falta de acolhimento. Nunca me senti acolhida pela escola e nem pelos colegas, em decorrência das questões levantadas acima. Meu percurso sempre foi: sair de casa, lecionar e voltar para casa. Me parece que isso não agradou muito o diretor, já que ele afirmou que eu não dava abertura para interagir com “ninguém”. Posto isso, ser mulher é esperar que você precise agir de acordo com os protocolos masculinos, e pouco interessa se você possui formação acadêmica, o que realmente importa é que você ainda é mulher carregando suas condicionantes. E quando se é lésbica, complica um pouquinho mais.

Em seu livro *Erguer a voz, pensar como feminista, pensar como negra*, hooks (2019) discute sobre a sua experiência enquanto mulher negra e pós-graduanda. Uma narrativa que infelizmente ecoa em tom de denúncia, sobre como a dor atravessa a vida das mulheres negras em diversas dimensões. Logo, vai apontando diversos eventos de brutalidade e segregação que coabitam o ambiente acadêmico.

Qualquer um de nós que, segundo ele, não deveria estar numa pós-graduação era objeto particular escárnio e ridicularização. Quando fazíamos apresentações orais, ele nos dizia que nosso trabalho era estúpido, patético, e que não poderíamos terminar. Se resistíamos de algum modo, a situação piorava. Quando fui falar com ele sobre sua atitude, ele me disse que eu realmente não tinha jeito para a pós-graduação, que eu deveria abandonar o curso (hooks, 2019, p.29).

Essa passagem me remete ao período em que fui bolsista no PETHL, Programa de Educação Tutorial de Humanidade e Letras, em que diversas vezes me vi e vi minhas companheiras sendo violentadas e chamadas de incompetente em bons modos. Me recordo também que, em termos de proposição de projetos para execução no programa, éramos as únicas que se interessava em trabalhar

sobre temáticas relacionadas a comunidade negra-africana, dessa forma, podemos perceber que o racismo se manifesta de diversas formas. “(...) o projeto está em uma estrutura que é racista... Eu falo isso porque a gente sabe que o PET foi criado em uma perspectiva totalmente elitista e branca (...)” (MARIA DA LUZ FONSECA; REVISTA ANU, 2021, p. 7)

Trilhar meu caminho no PET, sempre foi um desafio, principalmente por conta da autoestima baixa, pois, as exigências dos padrões acadêmicos eram altas, nos termos do que a branquitude entende por intelectualidade. No entanto, esse desafio me levou para lugares grandiosos, onde pude erguer a minha/nossa voz. Muitas vezes levantando o tom de voz em reuniões, outras vezes, elegendo e participando de pesquisas e atividades que evidenciam a urgência de um olhar mais sensível para a comunidade negra, como diz a velha máxima- nada sobre nós sem nos- nós por nós. (...) “porque desafiamos duramente aqueles que tentaram nos fazer acreditar que éramos espertos, mas não espertos o suficiente(...)” (hooks, 2019, p. 23).

Nesta senda, Gomes (2020) aponta que é de extrema importância que construamos ambientes onde seja seguro para manutenção da nossa sobrevivência enquanto intelectuais. Como por exemplo os NEABIs, núcleo composto por pesquisadoras e pesquisadores negros que discutem sobre as relações raciais no Brasil. Que embora não ocupem lugares hegemônicos nas universidades, traduzem a produção de um conhecimento politicamente posicionado.

Em *Pensamentos Feministas Negros*, Patricia Hills Collins (2019), discute em um dos seus capítulos sobre a importância dos espaços seguros. Ela afirma que, os espaços seguros construídos pelas mulheres negras, não devem se tornar um estilo de vida. Ao contrário, constituem um mecanismo dentre muitos destinados a promover o empoderamento das mulheres negras e nos capacitar para participar de projetos de justiça social (Collins, 2019, p.200). No entanto, ela afirma que alguns grupos têm mencionado que movimentos como esses são considerados como separatistas.

Nas palavras de Collins:

Qualquer grupo que se organize em torno de seu próprio interesses corre o risco de ser rotulado de -separatista-, -essencialista-, -antidemocrático-. Esse ataque prolongado às chamadas políticas identitárias tenta suprimir grupos historicamente oprimidos que tenham por ob-

jetivo criar agendas políticas independentes em torno de identidades de raça, gênero, classe e ou sexualidade (COLLINS, 2019, pg.200).

Nesse sentido, para Collins os espaços seguros constituem uma ameaça para aqueles que, de alguma forma, se sentem excluídos, exatamente por se tratar de um evento de caráter político que não vigia, tão pouco pune. “Tais espaços liberam as mulheres negras da vigilância e ao mesmo tempo lhes oferecem condições para autodefinições independentes (...) assim há muito mais em jogo aqui que a simples expressão de voz” (Collins, 2019, p. 203). Posto isto, como podemos enxergar a mulher negra que é entendida como o monumento da hipersexualização no lugar da intelectualidade, quando nos referimos a sua participação na construção de novas epistemologias que permeiam sua realidade, parte desse pressuposto serem aceites pela ciência ocidental?

Nas palavras de Figueiredo (2021)

No referido texto, quando Lelia Gonzales afirma que “o lixo vai falar”, questionando não apenas o fato de os negros serem descritos e representados por outros no universo acadêmico, reivindicando um lugar de legitimidade e autoridade dado pela experiência, como também denuncia as representações submissas e sexualizadas das mulheres negras na cultura brasileira, reveladas através da figura da mãe-preta, da mulata e da empregada doméstica (ÂNGELA FIGUEIREDO, 2021, p.23).

Em uma outra experiência como estagiária, em uma escola municipal da cidade de Redenção, pude ter maior consciência de como as mulheres negras são entendidas pelos alunos e pela própria gestão escolar, quando nos colocamos enquanto pesquisadora. De acordo com Boaventura (2009), a epistemologia construiu um modelo hegemônico de ciência moderna, oriundo do modelo de racionalidade que se constituiu a partir da revolução científica do século XVI, e que alcançou seu apogeu no século XIX. No entanto, esse modelo acabou esquecendo de incluir trabalhadores, mulheres, indígenas e afrodescendentes. Nesse sentido, a escola também se configura como parte de exclusão e de estranhamento de mulheres negras que têm reivindicado o lugar na construção do saber.

Para Figueiredo (2020):

Destaquei a palavra sujeita, visto que essa atitude tem sido mais do que uma reivindicação, é uma prática política voltada para feminilizar e enegrecer a linguagem nos textos produzidos por autoras e autores negros neste novo milênio. Reivindicamos também enegrecer as referências bibliográficas – procedendo de maneira análoga aos textos feministas que reconhecidamente transformaram as regras de citações, ao incluir o primeiro nome das mulheres citadas nos artigos, para fazer frente à certa masculinização das referências (ÂNGELA FIGUEIREDO, 2021, p.23).

Na minha trajetória enquanto estudante da UNILAB, fui construindo as percepções sobre as responsabilidades que a nossa universidade tem em construir um currículo mais inclusivo, no que diz respeito às mulheres negras. Em constantes desafios, ainda se entende que há muito por se fazer. Afirmo desta forma, porque é evidente que em muitas disciplinas o conhecimento hegemônico toma conta de nossas aulas, abrindo possibilidade para que retrocessos aconteçam.

Para melhor entendimento, (Mignolo, 2008) acrescenta:

A opção descolonial é epistêmica, ou seja, ela se desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento. Por desvinculamento epistêmico não quero dizer abandono ou ignorância do que já foi institucionalizado por todo o planeta (por exemplo, veja o que acontece agora nas universidades chinesas e na institucionalização do conhecimento). Pretendo substituir a geo- e a política de Estado de conhecimento de seu fundamento na história imperial do Ocidente dos últimos cinco séculos, pela geo-política e a política de Estado de pessoas, línguas, religiões, conceitos políticos e econômicos, subjetividades, etc., que foram racializadas (ou seja, sua óbvia humanidade foi negada) (MIGNOLO, 2008, p. 23).

Acredito que não seja de bom tom acrescentar um ou dois intelectual negro com a fraca e fazia intenção de “tapar o sol com a peneira”, sendo que mudanças efetivas não acontecem com base em tentativas medíocres. Assim, a perspectiva decolonial não se enquadra e não deve ser representada na sobreposição de um conhecimento a outro, mas sim, fazer com que os dois possam coexistir criticamente, entendendo também, que existem problemáticas de hierarquização em torno destes.

Nessa perspectiva, podemos refletir sobre o conceito de epistemicídio, discutido por Sueli Carneiro (2005) e apontado por Figueiredo (2020).

[...] um conceito extraído da reflexão de Boaventura Sousa Santos (1995), que integramos ao dispositivo de racialidade/biopoder como um dos seus operadores por conter em si tanto as características disciplinares do dispositivo de racialidade quanto as de anulação/morte do biopoder. É através desse operador que este dispositivo realiza as estratégias de inferiorização intelectual do negro ou sua anulação enquanto sujeito de conhecimento, ou seja, formas de sequestro, rebaixamento ou assassinato da razão. Ao mesmo tempo, e por outro lado, o faz enquanto consolida a supremacia intelectual da racialidade branca. (CARNEIRO, 2005, p. 10).

Em decorrência disto, quando a autora aponta que as editoras brasileiras têm se dedicado apenas a tradução de livros de intelectuais negras estadunidenses, que de certo modo os discursos são alinhados, aponta para um apagamento das contribuições que são desenvolvidas pelas mulheres negras brasileiras. E mesmo que as editoras se empenhem mais na tradução dos livros das intelectuais negras norte americanas, este se faz de forma tardia. Como se lê que só em 2016 o livro da Angela Davis, *Raça, Classe e Gênero* foi traduzido.

Por outro lado, essas traduções têm incentivado as editoras a investir em publicações de mulheres negras. É inegável que o feminismo como teoria e prática vem desempenhando um papel fundamental em nossas lutas e conquistas, e à medida que, ao apresentar novas perguntas, não somente estimulou a formação de grupos e redes, mas também desenvolveu a busca de uma nova forma de ser mulher. (FIGUEIREDO, 2011, p. 12).

A identidade de poder trazida por Mignolo (2008), chama atenção para a cobrança da posição de privilégio, que acarreta a cobrança sob quem não tem posição alguma, ou seja, sobre quem a humanidade é arrancada a partir da colonialidade do saber. No entanto, descolonizar por meio da teoria crítica e das relações sociais, acredito ser o movimento subversivo que as intelectuais, feministas negras têm desencadeado. Para Gomes (2020), os intelectuais negros, principalmente aqueles que elegem a questão racial como seu foco de investigação, rompem contra essa alteridade forjada em contextos de poder.

Conclusão

De acordo com as autoras e autores trazidos para esta discussão, conclui-se que o lugar da intelectualidade da mulher negra atravessa as relações sociais já

estabelecidas pelo colonialismo e também pelo seu papel social desigual que permeia suas vivências. Entendo, no entanto, que a produção de conhecimento e as possibilidades de fazer ciência atrelada à ideia de romper com as práticas hegemônicas, se configura como ameaça a modelos universal caucasiano. Sendo assim, quando trazemos, por exemplo, uma mulher negra doutora e seus escritos para o ambiente acadêmico, estamos movimentando e apontado a necessidade de quebras de paradigmas que por anos inviabiliza a ocupação das intelectuais negras na construção de uma nova epistemologia a partir da teoria e da prática, como aponta Figueiredo (2020).

No entanto, sabemos que o processo de descolonizar tem sido um desafio, preferencialmente quando se trata de reconhecer as produções das mulheres negras. O sexismo e seus modos operandi condicionam os avanços e ocupação dos espaços de poder, que de certo modo atravessa e desanima.

No que diz respeito às possibilidades de novas formas de fazer ciência, sabemos por meio desta discussão o papel fundamental das mulheres negras no desenvolvimento, na fé e na crença de uma epistemologia que proporcione novas metodologias, entregue um conhecimento produzido na perspectiva da inclusão, e que discuta o fazer ciência a partir de um olhar que responda às demandas das relações sociais reais, pensando nas diversas formas de opressão.

Todavia, escrever sobre nós requer coragem. A necessidade de rever nossas experiências, está na penúria da manutenção da nossa própria sobrevivência. Grada Kilomba (2019) aponta que, existe uma certa urgência de descolonizar a mente e, realizando reflexões teóricas com base em escritores\as como Frantz Fanon, bell hooks e Philomena Essed em que examina o legado colonial e as injustiças sociais que dele decorrem. Acredito que as reflexões teóricas têm seu grau de importância, no entanto, soma a possibilidade de se escrever e refletir a partir das nossas histórias individuais, como forma de assegurar e dar visibilidade a vivências reais na luta contra novas formas de violação de direitos. Para isso, Grada Kilomba (2019) usa o mito da objetividade e neutralidade para ilustrar essa relação, argumentando que mantém posições de autoridade no centro da academia enquanto pressiona e empurra as vozes subalternas para as margens devido ao excesso de subjetividade, o que se configura com um desafio na luta contra a colonialidade.

Assim, um dos caminhos sugeridos pela autora para a descolonização do conhecimento, seria fazer da margem um lugar de inovação e rotas de resistência. Portanto, é de extrema relevância refletir sobre o mundo moderno/colonial (Maria Lugones, 2008) em que nos encontramos, bem como observar criticamente o sistema social para desenvolver pontos de vista que possam desafiar o racismo institucional.

Por fim, acredito que com a interdisciplinaridade é possível criar caminhos para que essas metodologias pensadas não só para acúmulo de conhecimento, mas que, incluam e reconheçam a importância do movimento feminista negro e de outras vertentes na luta contra violação dos direitos das mulheres, na construção da ciência, a partir de suas narrativas teóricas e práticas.

Referências bibliográficas

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf> . Acesso em: 11 nove. 2022.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019 [1990].

CONCEIÇÃO EVARISTO “**A escrevivência serve também para as pessoas pensarem**”. 9 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-peopleas-pensarem/> . Acesso em: 11 nov. 2022.

FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira. 1968. Disponível em: <https://afrocentricidade.files.wordpress.com/2012/06/os-condenados-da-terra-frantz-fanon.pdf>. Acesso: 10 nov. 2022.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador : EDUFBA. 2008. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Frantz_Fanon_Pele_negra_mascaras_brancas.pdf . Acesso: 10 nov. 2022.

FIGUEIREDO, Ângela. **Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial**. Revista Tempo e Argumento, [S.l.], v. 12, n. 29, p.01-24, maio 2020. ISSN 2175-1803. Disponível em pdf: . Acesso em: 3 out. 2021.

GOMES, Nilma, Lino. **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Editora Cortez. 2020.

GONZALEZ, L. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, ANPOCS, p. 223-244, 1984.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**. Episódios de Racismo Cotidiano Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LUGONES, María: **Colonialidad y Género**. Binghamton University, USA, Tabula Rasa, Colombia, 2008.

MIGNOLO, Walter D. **Desobediência Epistêmica: A Opção Decolonial e o Significado de Identidade em Política**. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 287-324, 2008. Disponível: http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf. Acesso em: 11 nov. 2022

PEREIRA, Ana, Cristina. PARAÍSO, Dario, Pequeno. **Mulheres de São Tomé e Príncipe. Direito das mulheres- Conhecer, Capacitar, Sensibilizar**. Guides Artes Gráficas. 2018.

Revista África na UNILAB.2021. PETHL. Disponível em: <https://www.calameo.com/read/0069059885541f63063d3>. Acesso em: 11 nov. 2022.

SANTANA, Jacimara, Souza: **A Participação das Mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique em 1975-1985**: Sankofa. Revista de História da África de Estudos da Diáspora Africana, 2009. Disponível: <https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/88746> . Acesso em: 11 nov. 2022.

SANTO, Alda, Espírito. **Lá no Água Grande**. Lusofonia Poética, 2007. Disponível <https://www.lusofoniapoetica.com/sao-tome-principe/alda-espirito-santo/poemas> . Acesso em: 11 nov. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Editora Cortez. 2020.